

Pedro Silva Rei – Ascender na hierarquia eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa. O último cardeal-capelão dos Bragança: António Mendes Bello – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 94-115. 2017. DOI: 94-115 10.21747/0871164X/hist7_2a6

**Ascender na hierarquia eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa.
O último cardeal-capelão dos Bragança: António Mendes Bello.**

**Ascend in the ecclesiastical hierarchy in the twilight of the Portuguese monarchy.
The last cardinal-chaplain of Bragança: António Mendes Bello.**

**Escalader la hiérarchie ecclésiastique au crépuscule de la monarchie portugaise.
Le dernier cardinal-chapelain de Bragança: António Mendes Bello.**

**Ascender en la jerarquía eclesiástica en el crepúsculo de la monarquía portuguesa.
El último cardenal capellán de los Braganza: António Mendes Bello.**

Pedro Silva Rei
Mestre em História Contemporânea, FCSHumanas, U. Nova de Lisboa
pedrojsrei@gmail.com

Resumo: Situado no período cronológico do fim monarquia portuguesa, o presente trabalho pretendeu indagar, por meio da decomposição do magistério de um bispo, a importância das lideranças eclesiásticas enquanto elites socio-religiosas. Dito de outro modo, destrinchando o percurso eclesiástico de Mendes Bello até ao topo da hierarquia católica do reino, procurámos compreender as dinâmicas e os agentes determinantes no processo de mobilidade social dos hierarcas católicos em Portugal, contribuindo para a sua afirmação enquanto elite societária.

Palavras-chave: Mendes Bello, Bispo, Liderança, Igreja.

Abstract: In the chronological period of the Portuguese Monarchy, the present work aimed to investigate, through the decomposition of the magisterium of a bishop, the importance of ecclesiastical leaderships as socio-religious elites. In other words, by demarcating Mendes Bello's ecclesiastical path to the top of the Catholic hierarchy of the kingdom, we sought to understand the dynamics and determinant factors in the process of social mobility of Catholic hierarchies in Portugal, contributing to their affirmation as a corporate elite.

Keywords: Mendes Bello, Bishop, Leadership, Church.

Résumé : Dans la période chronologique de la monarchie portugaise, le présent article visait à étudier, par la décomposition du magistère d'un évêque, l'importance des dirigeants ecclésiastiques comme élites socioreligieuses. En d'autres termes, en délimitant le chemin ecclésiastique de Mendes Bello vers le haut de la hiérarchie catholique du royaume, nous avons cherché à comprendre la dynamique et les agents déterminants dans le processus de la mobilité sociale des hiérarchies catholiques au Portugal, contribuant à leur affirmation en tant qu'élite social.

Mots-clés: Mendes Bello, évêque, leadership, église.

Resumen: En el período cronológico del fin de la Monarquía portuguesa, el presente trabajo pretendió indagar, por medio de la descomposición del magisterio de un obispo, la importancia de los liderazgos eclesiásticos como elites socio-religiosas. En otras palabras, investigando el recorrido eclesiástico de Mendes Bello hasta la cima de la jerarquía católica del reino, intentamos comprender las dinámicas y los agentes determinantes en el proceso de la movilidad social de los jerarcas católicos en Portugal, contribuyendo a su afirmación como élite societaria.

Palabras clave: Mendes Bello, Obispo, Liderazgo, Iglesia.

Introdução

Se no ambiente literário português de oitocentos a figura do eclesiástico emerge como protagonista em muitas das tramas romanceadas, no cenário historiográfico, em

contraste, os estudos sobre o papel e o percurso das lideranças eclesiásticas, enquanto elite socio-religiosa, permanecem ainda escassos, impossibilitando uma reconstrução abrangente do perfil dos sujeitos que nele se inscrevem. Assim, na sequência dos trabalhos de Adélio Abreu (2005), Carlos Azevedo (2009), Senra Coelho (2010) e Sérgio Pinto (2013) torna-se necessário retomar o estudo do processo de constituição de uma elite que, enquanto eclesiástica, interage nas sociedades contemporâneas adquirindo um protagonismo transversal às dimensões social, política e cultural.

Neste sentido, pretendemos lançar nova luz ao tema por meio do estudo do *cursus honorum* de António Mendes Bello enquanto bispo, indagando a carreira ascensora de um eclesiástico português que, na viragem do século XIX para o XX, alcançaria o topo da hierarquia católica como patriarca de Lisboa. Deste modo, com base nas fontes da imprensa e da diplomacia da época, temos como objetivo revisitar o seu protagonismo no seio da Igreja portuguesa no crepúsculo da monarquia através da averiguação dos processos de nomeação para os quais fora proposto, identificando as dioceses em questão e analisando as problemáticas político-eclesiásticas que envolveram as suas nomeações.

Assumindo este percurso individual como parâmetro de observação, procuraremos refletir sobre os dinamismos inerentes à formação dos episcopados na contemporaneidade, desde logo ao identificar os mecanismos de mobilidade eclesiástica que à data determinavam os itinerários de ascensão dos hierarcas católicos, bem como os critérios políticos e eclesiásticos que definiam as escolhas dos bispos portugueses no período em análise. Portanto, tendo em conta estes objetivos, tentaremos responder às seguintes questões: Como se caracteriza a ascensão hierárquica do último capelão-mor da casa real? Quais as geografias que pontuam o seu percurso? Que agentes determinam a promoção deste bispo até ao topo da hierarquia e quais os fundamentos que a justificam?

Tudo isto, atendendo o contexto político-ecclesial no qual o sujeito se compreende, nomeadamente, o panorama de decadentismo pátrio e o sentimento de regeneração nacional, a crise do rotativismo monárquico e o recrudescimento da oposição republicana em Portugal; bem como a reconfiguração do movimento católico contemporâneo nos pontificados de Leão XIII e Pio X, combatendo a modernidade com a ordenação de um catolicismo militante, política e socialmente interventivo (Ferreira, 2007: 31-39).

O itinerário pré-episcopal: geografias de formação.

Nascido em Gouveia, em junho de 1842, no seio de uma família pouco abastada, António Mendes Bello, ainda jovem, principiará o seu percurso formativo em Coimbra em meados da década de 50, onde completará o curso eclesiástico e o bacharelato em Direito, frequentando o Seminário e a Universidade respetivamente. É sobretudo nesta que o jovem padre se defronta com as diversas mundividências que caracterizam a sua geração de condiscípulos que compunham a academia da época, não se escusando ao debate (Almeida, 1970: 498).

Neste sentido, considerando a elitização do ensino superior, a lista de alunos da Faculdade de Direito era constituída por muitos dos nomes que, a breve trecho, formariam não só a elite governativa da monarquia azul e branca, como também parte da oposição republicana: jovens como Manuel de Arriaga, Eça de Queirós, Teófilo de Braga, Emídio Navarro, Lopo Vaz, Manuel de Assumpção, Júlio de Vilhena, Hintze Ribeiro e Guerra Junqueiro. Isto é, uma elite constituída por alguns dos «meninos bacharéis», que alcançariam a liderança dos partidos rotativos nos anos 80, e outros tantos que estariam na génese da Geração de 70 (Ramos, 2014: 133). Na academia, a reputação de Mendes Bello decorria do serviço de assistência espiritual que o jovem padre prestava como membro da capelania universitária assim como da exposição do estudante no quadro de honra da Faculdade ao longo do quinquénio do curso. Através deste percurso obterá o grau de bacharel em Direito, o qual lhe permitia, posteriormente, ingressar e progredir no funcionalismo público do Estado Liberal, uma vez que, na disposição jurídica do liberalismo, o papel «funcional e utilitário» do clero secular era delimitado a partir da administração civil, entendido como «agente da morigeração das populações e da “civilização” das mesmas» (Pinto, 2013: 28).

Ultimado o percurso académico em junho 1870 – defendida a dissertação e declinado o convite para integrar o magistério universitário – o bacharel Mendes Bello, depois de exercer advocacia em Gouveia, integra a máquina administrativa do Estado iniciando a sua carreira eclesiástica como professor de teologia – no liceu do Funchal e no Seminário de Elvas – e como pároco colado da vila de Seda, em Alter-do-Chão. Seria em Elvas, onde permaneceu até ser nomeado para Pinhel, que Mendes Bello faria a sua primeira experiência como administrador diocesano, sendo nele depositada a regência da

diocese quando da ausência do governador, granjeando, como agradecimento, o assento no cabido da Sé de Cabo Verde (Almeida, 1970: 489).

Efetivamente, no fim do pontificado de Pio IX, em outubro de 1874, a carreira eclesiástica do bacharel António Mendes Bello, entretanto com 32 anos, prosseguiria, por indicação do primeiro Governo de Fontes Pereira de Melo, como governador do bispado de Pinhel, dinamizando-o com um cunho vincadamente pastoral, apesar do vaticínio da extinção diocesana – exercício, que lhe valeu a confiança do então patriarca de Lisboa, Inácio Cardoso, que o nomeia Desembargador da Relação e Cúria patriarcal. Seis anos volvidos, no verão de 1881, seria transferido para a diocese de Aveiro, onde, por indicação régia, aos 38 anos, assumiu as mesmas funções que exercera em Pinhel. Todavia, tendo em conta o plano de redefinição da malha diocesana negociada entre Lisboa e Roma, a Mendes Bello competia-lhe liderar o último governo de gestão daquela diocese, condicionando a atuação do governador que se conservaria na cidade do Vouga até à supressão diocesana em 1882 (Neto, 1998: 92-96).

Desta forma, sob o signo da reforma diocesana e da conseqüente extinção das duas dioceses pombalinas, o trabalho de Mendes Bello enquanto governador de Pinhel e Aveiro seria o de ultimar a gerência diocesana preparando a repartição daquelas circunscrições eclesiásticas nas dioceses de Coimbra, Porto, Viseu e Guarda. Assim, no processo de reformulação da malha diocesana, Mendes Bello exerceria um magistério enquanto administrador de transição, empenhando-se na disciplinação doutrinária dos fiéis e do clero, na solvência financeira das Sés, e na preservação do património catedralício (Clemente, 1997: 25). Neste sentido, em ambas as geografias, António Bello inscreve-se no quadro dos últimos administradores diocesanos que, mesmo transitórios, operaram a passagem «das prelaturas políticas às prelaturas pastorais». Como defende Manuel Clemente: «Os governadores que se sucederam até ao fim da diocese provinham em geral da vida paroquial ou/e da administração diocesana. Isto é, foi-se avançando da prelazia de corte para a especificidade eclesiástico-pastoral. Uma evolução exteriormente controlada, é certo, pelo regalismo setecentista ou oitocentista. [...]. [Desse modo,] os seus prelados integraram-se na caracterização geral dos respectivos congéneres do constitucionalismo: acatavam o novo regime político e procuravam administrar sem grandes rasgos os aspectos religiosos do Estado português.» (Clemente, 1997: 28-33).

Em síntese, procurámos estabelecer até aqui a cartografia da carreira eclesiástica pré-episcopal de António Mendes Bello, onde figuram como eixo as cidades de Coimbra, Pinhel e Aveiro. Aquela como referência de formação e amadurecimento intelectual e estas como pistas de maturação ministerial mediante a aplicação do seu magistério, enquanto membro da máquina administrativa do Estado, na realidade pastoral daquelas geografias. Não esquecendo ainda os seus primeiros anos como professor de teologia nos seminários do reino que, juntamente com estes encargos diocesanos, lhe forneciam um conhecimento empírico das labutas inerentes à gerência eclesial. Afinal, um percurso característico de um padre bacharel, funcionário público do Estado liberal, que faria dele, no limiar da sua ascensão episcopal, um agente participante e executor do processo de reorganização diocesana da Igreja portuguesa no início dos anos 80 do século XIX.

Vigário-geral em Lisboa com insígnias episcopais

O panorama eclesiástico da Lisboa patriarcal nos anos 80 de oitocentos ficaria marcado, entre outras questões, pelo alargamento da área administrativa diocesana e pela chegada de um novo bispo à capital. Com efeito, com a execução do processo de reorganização diocesana confirmado por Leão XIII na bula *Gravissimum Christi*, em setembro de 1881, muitas das paróquias a sul da extinta diocese de Leiria integrariam a malha administrativa do Patriarcado – alargando-se, pois, a rede paroquial, e a dimensão populacional, sob a alçada do prelado lisbonense, ampliando a jurisdição daquele, e do seu Vigário, a uma vasta área geográfica que se estenderia do sul de Leiria até aos limites de Setúbal, abrangendo também parte do distrito de Santarém. (Clemente, 2001:108).

Após a entrada de D. José Neto no Patriarcado, e por ocasião da transferência de D. José Honorato da Cúria patriarcal para Sé de Braga em agosto de 1883, tornou-se necessário a designação de um novo prelado como Vigário-geral para Lisboa. Um cargo que no panorama simbólico do Patriarcado tinha como função a coadjuvação do patriarca na gestão da Cúria diocesana, sendo desempenhado por um bispo com a prerrogativa titular de arcebispo de Mitilene. Contudo, como era norma, seriam os trâmites diplomáticos entre a Santa Sé e o Executivo que ditariam a escolha do novo prelado.

Entroncado este processo no decurso de transferência de um novo núncio apostólico para Lisboa, a nomeação do novo arcebispo de Mitilene decorreria, primeiramente, de um imperativo de provimento das dioceses desocupadas desde a última

nomeação geral de bispos ocorrida em abril de 1883. Assim, instalado Vincenzo Vanutelli como novo núncio na corte de D. Luís em outubro de 1883, iniciar-se-iam as diligências necessárias para a escolha de um novo Vigário-geral, processo no qual o Governo de Fontes proporia a Roma, no fim daquele ano, a candidatura do antigo administrador das extintas dioceses de Pinhel e Aveiro – nome que, por sua vez, não seria indiferente a alguns dos membros do terceiro Ministério fontista, dada a presença no Executivo ora de Lopo Vaz ora de Hintze Ribeiro, ambos conhecidos de Mendes Bello desde os tempos da academia coimbrã.

Pese embora a notória preterição deste tema na correspondência diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tudo indica que a candidatura do antigo governador de Aveiro, entretanto com 41 anos, seria aceite, por intermédio de Vannutelli e por parte da diplomacia vaticana. Como confirma aliás o próprio cardeal Ludovico Jacobini, Secretário de Estado da Santa Sé, ao encarregado de negócios português em novembro de 1883, ao sublinhar o agrado da Cúria romana perante tal nomeação, afirmando que «estava muito satisfeito desta acertada escolha para Vigario capitular do Patriarchado» uma vez que «tinha recebido do Nuncio as melhores informações acêrca do Rev.º Dr. Antonio Mendes Bello», e que o referido bacharel gozava de prestígio «por ser [...] muito digno e inteligente para ir ocupar tão importante logar»¹.

É pois, a partir desta métrica, elogiando a sua inteligência e os seus desvelos impressos nos cargos administrativos desempenhados até ao momento, que a imprensa lisboeta da época afeta aos partidos políticos do rotativismo vai decifrar a nomeação do jovem arcebispo para a mitra de Mitilene: apresentando o novo titular como «um padre ilustrado, depois de ter sido em Coimbra um estudante distinto», tendo «exercido com notavel zelo e gravidade importantes cargos de administração ecclesiastica no paiz»². Segundo a pena dos redactores regeneradores do Diário Illustrado (D.I.) o referido presbítero evidenciar-se-ia pelo facto de ter sido, na sua vida académica, considerado pela Universidade «como filho benemerito pelos privilegios do talento, tenacidade do estudo, e conducta briosa e honesta com que esmaltou os favores da natureza»; bem como pelos sucessos que o mesmo padre alcançara no desempenho das suas funções, uma vez que

¹ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE), *Correspondência proveniente das representações Diplomáticas e Consulares de Portugal, Vaticano, Cx 259, Mç 2-1883, nº 41.*

² Diário Popular (D.P.), 28 de abril 1884: 1.

Pedro Silva Rei – Ascender na hierarquia eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa. O último cardeal-capelão dos Bragança: António Mendes Bello – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. DOI: 94-115 10.21747/0871164X/hist7_2a6

«não administrava pela rotina» mas, ao invés, «geria os negócios públicos com ilustrada superioridade» – e, nas dioceses onde exerceu, não «afrouxou os zelos, nem diminuiu o tino governativo, nem desmereceu o nome que lá deixaram os seus mais distintos e preclaros antecessores.» (D.I., 29 de junho 1884: 1). Por outras palavras, a nomeação de Mendes Bello para arcebispo de Mitilene na Cúria patriarcal, apesar de concertada entre o Ministério de Fontes e a Cúria romana, por intermédio de Vincenzo Vannutelli, só pode ser apreendida na íntegra à luz dos postulados agora enunciados: ora a sua ilustração eclesiástica e jurídica, cultivada em Coimbra, ora as suas atividades administrativas na gerência diocesana, exercida em Pinhel e Aveiro, não esquecendo, entretanto, as suas simpatias políticas com os regeneradores. Este processo culminaria na sua nomeação como Arcebispo por parte do Executivo a 27 de novembro de 1883 e a sua confirmação por Roma a 24 de março seguinte, recebendo as insígnias episcopais em Lisboa a 27 de abril de 1884.

O mesmo é dizer, o início de um novo ministério que, apesar de inserido num panorama de rejuvenescimento da equipa prelatícia do Patriarcado, prognosticava já novos encargos para o jovem prelado, uma vez que este, segundo a imprensa regeneradora sua simpatizante, ao exercer o seu sacerdócio «sem roçar as vestes prelatícias no tremedal das paixões dos partidos», e dedicando-se apenas no serviço «a Deus e à pátria», despertaria as atenções de «qualquer ministro d'estado, que saiba antepor o esplendor da religião e a dignidade da igreja aos compromissos do corrilho ou às lamurias da afilhadagem, há de fazer do nosso arcebispo in partibus um prelado efectivo». Por conseguinte, aos olhos da imprensa regeneradora, o lugar de Vigário-geral do Patriarcado não seria «o derradeiro marco miliario da carreira» de Mendes Bello, esforçando-se por apresentar um bispo seu partidário como um prelado politicamente isento e apto para assumir novos encargos mais relevantes no panorama dos altos dignatários do reino (D. I., 29 de junho 1884: 1). Neste sentido, segundo a opinião dos regeneradores, a arquidiocese de Mitilene funcionaria no processo de progressão episcopal de Mendes Bello – como funcionou, aliás, na carreira eclesiástica de alguns dos seus pares, como Manuel Bento Rodrigues, António Freitas Honorato, Gaudêncio Pereira, Manuel Baptista da Cunha ou Manuel Vieira de Matos – como um primeiro ofício a partir do qual o referido bispo, com o patrocínio dos seus partidários políticos, ascenderia na hierarquia

católica, sendo posteriormente promovido a encargos prelatícios mais relevantes no quadro da administração pública-eclesiástica do reino (Almeida, 1970: 485-490).

O báculo do Algarve e o provimento de uma diocese vacante.

A questão da vacatura da diocese algarvia, arrastada desde os anos 70 do século XIX, mediante a prossecução de um clima de inflexibilidade negocial entre Portugal e o Vaticano, viria a ser retomada por parte da Santa Sé na década de 80, quando da nomeação do novo patriarca de Lisboa.

Após o afastamento do nuncio mons. Aloisi Masella em novembro de 1883 e da sua substituição pelo Mons. Vincenzo Vanutelli, a Santa Sé insiste na oportunidade de renegociar com o Executivo de Lisboa uma nova nomeação, recebendo instruções a fim do retomar conversações para o provimento da vacatura do Algarve. Com efeito, seria mediante a capacidade conciliadora do nuncio, e a influência do cardeal Américo Ferreira do Porto junto da Coroa, que se alcançaria uma resolução satisfatória para a diocese algarvia. Assim sendo, não abrindo mão dos desejos do Governo da promoção episcopal do professor catedrático de Coimbra Aires Gouveia, nem declinando à sua não eleição para a Sé de Faro, como era o desejo da Santa Sé, o novo diplomata e o cardeal do Porto, vão gerir o impasse a fim de apresentar uma solução alterativa: nomear Aires Gouveia para Comissário Geral da Bula de Cruzada, e apostar, em sintonia, na sua renúncia à Sé de Faro a fim de prover um outro eclesiástico do agrado de Roma (Abreu, 2005: 204).

No decurso do processo, depois de impedidas pelo Governo as candidaturas de João Cardoso de Meneses e de Agostinho Barreto para a cátedra algarvia – considerado aquele como simpatizante miguelista e este como conflituoso para com as autoridades civis – Vanutelli e o bispo do Porto apresentariam a nomeação do arcebispo de Mitilene, Mendes Bello, à data com 42 anos, para a diocese vacante, a fim de elevar João Rebelo de Meneses à Vigararia-geral do Patriarcado, transferido posteriormente para Lamego. Esta solução encontraria respaldo positivo no seio do Executivo de Fontes Pereira de Mello (Abreu, 2005: 221).

Deste modo, sendo D. António um bispo conhecido de Vanutelli e dos ministros fontistas – uma vez que ambos já o tinham apresentado como candidato ao título arquiépiscopal de Mitilene e tendo em conta a permanência no Governo de seus antigos discípulos de Coimbra – o seu nome aparece em setembro de 1884, como um dos

candidatos apresentados pelo Ministério à Cúria vaticana, e por esta aceite. Como relata Costa Cabral, Marquês de Tomar, sobre os negócios relativos às nomeações dos novos prelados «não apresentou Sua Eminencia a menor duvida sobre o resultado final dos processos, dando-me logo a certeza, [...] [de] que o Exmo. Arcebispo de Mitylene, [...] seria confirmado e preconizado Bispo de Faro [...] tudo conforme as propostas e desejos de Sua Magestade». D. António foi posteriormente confirmado por Roma e deu entrada na diocese nos inícios de fevereiro de 1885 (AHD-MNE, *Correspondência...* Cx 259, Mç 4-1884, nº 24). Neste panorama, o lançamento do seu nome à liça como possível detentor do báculo algarvio por parte da diplomacia da Coroa, considerando a conjuntura da sua anterior nomeação e o estado da diocese algarvia, pode ser interpretado como um concurso garantido do Governo de Fontes Pereira de Melo, apresentando um bispo afeiçoado ao seu partido em substituição de um outro que não tinha o agrado de Roma. Assim sendo, a sua promoção como bispo do Algarve é interpretada como o desfecho de um diferendo político-religioso entre Lisboa e Roma, pondo fim a um longo período de vacância diocesana e de ausência de uma autoridade eclesiástica na região. De facto, havia consenso em torno da sua pessoa manifesto anteriormente em ambas as instâncias diplomáticas, ao qual acrescia a urgência em não prolongar no tempo o estado de vacância que pairava sobre a Sé de Faro, mediante a nomeação certa de um bispo que acolheria simpatias quer no Governo da Coroa quer no Vaticano, sem delongas nem novas imposições de parte a parte depois do afastamento de Aires Gouveia e do bispo do Funchal; e, por fim, existia a premência da restauração da administração pastoral diocesana, encargo para o qual certamente pesariam o historial do jovem candidato na administração de outras dioceses e o seu desempenho de cargos governativos e de jurisdição em Pinhel, Aveiro e Lisboa.

Porém, convirá sublinhar também, e a fim de descortinarmos o *cursus honorum* em análise, que a diocese do Algarve figurava no quadro geral das dioceses portuguesas de fim desse século como uma circunscrição periférica – pois, embora não sendo a diocese «mais pobre do reino, [...] era seguramente das menos interessantes para bispos com ambições» (Magalhães, 2001: 47). Funcionou desta forma como uma “plataforma giratória”, a partir da qual alguns dos bispos residentes se projectariam para dioceses com mais prestígio político e social, e de maior notoriedade eclesial, como Lisboa, Porto ou

Évora. A esta alternância geográfica não escaparia António Mendes Bello, não obstante os quase vinte cinco anos do seu governo diocesano em Faro.

Ainda antes de ser apresentado para a Sé de Lisboa em meados de 1907, o nome de D. António circulará como putativo candidato a ocupar outras geografias relevantes no quadro eclesiástico do reino. Com a morte do cardeal Américo e a vacatura da cátedra do Porto, em janeiro de 1899, o nome do prelado do Algarve é sugerido à rainha D. Amélia por Bastos Pina, bispo de Coimbra, como um dos possíveis sucessores na diocese portugalense – sendo apresentado pela Coroa, por solicitação do bispo de Coimbra e da rainha, como o nome favorito do monarca na corrida àquela cátedra a fim de afastar a nomeação de Bastos Pina para o Porto. A nomeação recairá, por fim, na pessoa de António Barroso. Todavia, a sede vacante da diocese portuense seria propícia à configuração de outra hipótese nas instâncias diplomáticas em torno do nome do então bispo do Algarve, a sua hipotética nomeação para a arquidiocese eborense. Uma escolha redesenhada a partir de uma nova disposição das dignidades episcopais: a subida do bispo Bastos Pina de Coimbra para o Porto e a saída do arcebispo Eduardo Nunes de Évora para a Coimbra; ou a nomeação do arcebispo de Mitilene, Baptista da Cunha, para o Porto e a promoção de Eduardo Nunes à arquidiocese de Braga, à data em sem arcebispo residente, nomeando-se, por sua vez, António Barroso para Faro (Ramos, 1995: 420-421). Todavia, não se verificando nenhuma destas propostas, a morte do cardeal Américo seria o pretexto a partir do qual o nome de Mendes Bello surgiria como possível pretendente na liderança de espaços eclesiais mais relevantes que a diocese que administrava, sob o patrocínio de membros quer do episcopado, quer da casa real. Eis as diversas possibilidades de sucessão, que o colocavam, entretanto, como um forte candidato para duas das catedrais mais relevantes do reino, a Sé do Porto e a Sé de Évora. Aspirações frustradas, contudo, que abririam espaço para a sua possível apresentação, por parte de Hintze Ribeiro, como sucessor de D. António Leitão e Castro em Lamego, em dezembro de 1901, tendo em conta a relevância desta geografia como alfobre de grande parte do clero a norte do reino.

Ainda assim, a sugestão de Hintze Ribeiro não seria suficiente para persuadir Mendes Bello, que ao recusar o báculo proposto pelo Presidente do Conselho de Ministros não deixaria de o advertir que «nenhum dos meus antecessores se demorou por cá tanto tempo, sendo transferidos, após curta demora, para outras Dioceses de maior importância

[...]. [Por isso,] a ter de sahir, seja para Diocese em condições melhores do que as de Lamego.»³.

Não correspondendo a geografia proposta às ambições do prelado, teremos de esperar pelo ano de 1907 para assistirmos à sua promoção eclesiástica, tendo como destino a cátedra patriarcal e as dignidades que lhe estavam associadas, numa Lisboa revolucionária, diferente daquela que tinha deixado há vinte e cinco anos.

Patriarcado, o topo da hierarquia: o novo patriarca e uma renúncia atribulada

Administrando o Patriarcado desde 1883, o cardeal Neto nem sempre conseguiu capitalizar a consonância das instâncias que era chamado a frequentar e onde exercia o seu múnus. Desde o processo de sucessão do cardeal Morais Cardoso que o nome de José Sebastião Neto, apesar de ser tomado por liberal, era visto com algumas reticências por parte da diplomacia portuguesa, segundo a qual, e independentemente da opinião da Cúria vaticana, aquele bispo franciscano não gozaria do temperamento apropriado à missão patriarcal a concurso. Tais dúvidas acentuar-se-iam numa divergência entre o perfil do bispo e as suas funções nos alvares de novecentos, e que aliado à fragmentação sentida no seio do movimento católico lisboeta e às características de intransigência do pontificado de Pio X, o levaria a solicitar junto da Cúria vaticana o seu afastamento do cargo. Tal processo seria, contudo, protelado o mais possível pelas instâncias de decisão, que só o votariam favoravelmente na madrugada de novecentos⁴.

Em setembro de 1904, sem a anuência do Governo regenerador de Hintze Ribeiro, o patriarca franciscano resolveu insistir junto do Vaticano no seu pedido de resignação à cátedra patriarcal, justificando-se devido à sua idade e aos esforços inerentes ao seu ministério, nomeadamente no combate à emergência do protestantismo em Lisboa e à exigida presença nas sessões da Câmara dos Pares, para o qual não se sentia vocacionado⁵.

Na verdade, de acordo com o parecer do núncio Macchi, tal solicitação patriarcal do seria agrado não só das instâncias do poder político português como também de parte do movimento católico e do clero lisboetas, denotando um esboroamento das relações entre estes e o patriarca em exercício. Todavia, se o requerimento de José Neto seria

³ Arquivo de Ponta Delgada (APD), *Fundo Particular Hintze Ribeiro*, 11.3.6.11.

⁴ (Ilustração Portuguesa (I.P.), 2 de dezembro 1907: 19).

⁵ Archivo Segreto Vaticano (ASV), *Segretaria di Stato* 1907, 250, fasc.1, fls.3-6.

aceite, com algumas hesitações, por Roma, as conjunturas da vida política do reino, considerando a volatilidade governativa vivida na última fase do sistema rotativo monárquico, e os fortuitos da diplomacia romana, dada a inesperada substituição do diplomata vaticano na corte de D. Carlos, procrastinariam a escolha de um possível sucessor para Lisboa⁶. Todo este processo apenas acharia o seu desenlace em 1907, em plena ditadura franquista, não sem antes conhecer um recuo nas intenções do franciscano requerente, e, em consequência, ter sido a substituição do patriarca fortemente esgrimida nas instâncias diplomáticas e na imprensa, entre os conflitos político-ideológicos da sociedade portuguesa do crepúsculo da Monarquia Constitucional.

Com efeito, apresentados que estavam, por diversas vezes, os pedidos de renúncia à Santa Sé e retomado o processo da sucessão patriarcal na primavera de 1907, o patriarca Neto, no verão daquele ano, adiando a apresentação formal da renúncia ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, inverte os seus propósitos e decide protelar os pedidos de resignação participados a Roma. Desiste ainda da renúncia por considerar que a mesma seria lesiva para os interesses da religião, para a sua honra e para a reputação da Santa Sé, tendo em conta o tratamento do assunto na opinião pública portuguesa. No entanto, opinião contrária teriam os seus opositores no Patriarcado, o nuncio e a Santa Sé, que interpretavam o recuo do patriarca como uma estratégia dos seus «reduzidos afeiçoados» promovendo, pela ocasião do seu aniversário pontifício em agosto daquele ano, «uma campanha de protestos de amor filial e supplicas para que o prelado desistisse da renuncia» (I. P., 2 de dezembro 1907: 23-24). Tal discussão redundou num difícil processo diplomático que contraporia, de agosto a novembro daquele ano, o nuncio, o Secretário de Estado do Vaticano e o Ministro da Justiça ao patriarca de Lisboa – recusando-se D. José, à revelia das ordens pontifícias e apesar do fecho das negociações diplomáticas, a renunciar oficialmente nas mãos do rei. Neste contexto, Roma imporia a renúncia ao patriarca franciscano, validando a sua publicação, por decreto, pela tutela dos Negócios Eclesiásticos da Coroa sem esta ter sido formalmente pedida. Esta complexa trama tornar-se-á gatilho de fervorosas querelas ideológicas, manobrada pela oposição republicana e por alguns partidos monárquicos como investida, não só contra os bispos nomeados, o papa e o nuncio, bem como contra a ditadura de João Franco e o ministério

⁶ O Dia (O.D.), 11 de novembro 1907: 1.

dos Eclesiásticos – no geral, contra a ingerência estrangeira romana nos negócios da Igreja lusitana.

Assim, a resignação de D. José Neto, extrapolando a temática religiosa-ecclesial, seria pretexto para uma múltipla discussão sobre as funcionalidades e obrigações da Coroa e da Igreja, discorrendo-se, dialeticamente, sobre a autoridade pontifícia e o regalismo dos Estados. Faltará, porém, antever as razões da escolha do sucessor do cardeal Neto e os seus alinhamentos políticos com o Executivo, articulando-os agora com os porquês da renúncia aqui delineada no quadro das tensões religiosas do movimento católico português e das idiossincrasias do Patriarcado nos alvares de novecentos.

Ao longo do processo negocial decorrente da renúncia de Sebastião Neto à cátedra patriarcal em setembro de 1904, o nome do já sexagenário Mendes Bello seria sempre indicado na documentação diplomática como putativo candidato na corrida à mitra de Lisboa. Com efeito, se o patriarca resignatário aconselharia a Roma a escolha de Sebastião Valente, arcebispo de Goa, ou de Baptista da Cunha, arcebispo de Braga, como possíveis sucessores, o núncio em Lisboa, Guiseppe Macchi, advogaria a favor do bispo de Faro, atendendo às suas simpatias junto do Governo de Hintze Ribeiro, sublinhando a proximidade de Mendes Bello aos regeneradores, ao contrário dos candidatos sugeridos pelo cardeal Neto, mais próximos do partido da oposição. Tal cenário alterar-se-ia a partir de outubro seguinte, quando da nomeação do Executivo progressista de José Luciano de Castro, desistindo este da candidatura patriarcal do arcebispo do Algarve a favor do bispo do Funchal e do arcebispo de Braga, sendo Mendes Bello afastado da sucessão de Sebastião Neto dado o seu perfil político contrário ao do Ministério. Tais esforços sairiam frustrados, tendo em conta, como vimos, as diversas reviravoltas político-diplomáticas decorrentes da morte do núncio Macchi e da mutabilidade dos Executivos, que obrigariam a diplomacia a protelar a escolha de um sucessor no Patriarcado até meados de 1907 (Rei, 2017: 49-59).

Neste sentido, o nome do ainda arcebispo-bispo do Algarve seria novamente trazido à colação como presumível sucessor do cardeal Neto pela voz do novo núncio, Gulio Tonti, nos inícios de 1907, propondo-o ao Governo regenerador-liberal de João Franco a fim de ser apresentado à Santa Sé. Como o núncio esclarece ao jornal O Dia em novembro desse ano, descrevendo a reunião com o ministro José de Novaes, onde se decidira a candidatura de Bello: «[quando perguntado pelo ministro] entre outros nomes,

indiquei o do sr. D. Antonio Mendes Bello, arcebispo do Algarve» porque «já sabia que ser do agrado do Governo» (O.D., 11 de novembro 1907: 2). Tal apreciação seria partilhada pela diplomacia vaticana que receberia com bons olhos a promoção do arcebispo do Algarve à Cátedra patriarcal, negociada entre fevereiro e março de 1907, e obtendo consentimento favorável em julho seguinte. Este era, assim, um negócio consensual, que, paradoxalmente, viria a sair reforçado com a mudança de humores de José Sebastião Neto, e com a contestação do patriarca resignatário à candidatura do prelado do Algarve como seu sucessor.

Polarizando-se o processo de renúncia do cardeal Neto, o nome de D. António não deixará de ser colateralmente visado em toda a problemática. No entanto, embora acusado pela imprensa da oposição de João Franco de ser um bispo amigo do Governo franquista, que lucraria com o afastamento do patriarca franciscano, a sua nomeação para o sólio patriarcal, patrocinada, quer pelo Ministério, quer por Tonti, não seria posta em causa. De facto, com o fervilhar de opiniões em torno da problemática da resignação patriarcal, as instâncias de decisão aliam-se em torno de Mendes Bello a fim de defender a sua candidatura para Lisboa, não abrindo mão do seu nome como sucessor do cardeal Neto. Por outras palavras, a persistência da não apresentação da renúncia por parte do patriarca franciscano acabaria por ser favorável ao patriarca eleito, na medida em que António Bello conseguiria capitalizar crédito e reconhecimento no encadeamento das hostilidades instigadas em torno da pessoa do patriarca em exercício, lucrando conseqüentemente com o desgaste do prestígio e da imagem do frade cardeal na diocese de Lisboa e nas esferas diplomáticas, e reunindo o consenso necessário para a justificação e legitimidade, política e eclesial, da sua apresentação. Este processo culminaria com a publicação dos decretos da candidatura de Mendes Bello para Lisboa e da renúncia de José Neto ao mesmo cargo e com a confirmação da nomeação de D. António por Roma a 20 de dezembro daquele ano. Convirá, apesar disso, averiguar a sua nomeação levando em consideração, quer o seu historial no Algarve e nas Cortes, quer as críticas feitas ao frade cardeal e as dificuldades da vida diocesana da capital no final do seu pontificado.

Não obstante as justificações políticas a partir das quais se processara a transferência de D. António para Lisboa, para entendermos, na globalidade, a problemática da sucessão do franciscano Sebastião Neto na pessoa do bacharel Mendes Bello, convirá abordarmos o panorama sócio religioso na qual se esboçara, pulsando-as a

partir das fissuras sentidas no seio do movimento católico lisboeta dos inícios de novecentos.

Com efeito, se no Portugal do alvor do século XX o recrudescimento do anticongreganismo, e a intensificação das reivindicações anticlericais impulsionariam a mobilização católica em torno da defesa da liberdade de associação religiosa e da intervenção da Igreja na sociedade, a mesma condição seria, em simultâneo, sinónimo de uma divisão interna no movimento católico no que respeita à sua organização e atuação política e social. Como refere Matos Ferreira: «essa diferenciação expressava-se, de certo modo, através de uma dualidade, isto é, união dos católicos em torno de um partido político ou mobilização católica centrada num movimento social autónomo dos partidos. A existência destas sensibilidades testemunha tensões, presentes nesta relação entre catolicismo e realidade política nacional, que se projectavam no campo católico, a partir das quais emergia a questão da democracia e se formulavam concepções distintas em torno da democracia cristã» (Ferreira, 2007: 202). Sensibilidades que se fariam sentir em Lisboa quando da resignação de Sebastião Neto e da sua substituição por Mendes Bello, mediante um confronto do desempenho do múnus episcopal do Patriarca.

Pese embora uma atuação pastoral dinâmica, os críticos de José Neto denunciariam um desfasamento entre a personalidade do frade e os requisitos inerentes ao cargo patriarcal. Apontavam, nomeadamente, o seu alheamento do Paço, como capelão-mor da Casa Real, e do Parlamento, como Par do Reino, a divisão do clero do Patriarcado ao longo do seu governo, e a sua atenção às «intrigas devotas», alienando-o dos negócios diocesanos. Imputavam-lhe, em suma, um constante alheamento e conflituosidade com aquelas instâncias, lesivos dos interesses eclesiásticos do reino. (I. P., 2 de dezembro 1907: 20).

Em virtude das apreciações negativas ao pontificado de José Neto conseguimos sondar as fissuras experimentadas no seio do ambiente católico lisboeta dos primeiros anos de novecentos, correspondendo cada uma das perspetivas a diversificadas configurações do movimento católico e da sua actuação no terreno social e político, bem como a identidade do clero e as suas funcionalidades, e que, em 1907, se traduziriam não só nas tensões entre parte do clero e dos fiéis com o patriarca Neto, mas também se manifestariam preponderantes no processo de escolha do seu sucessor para Lisboa. Com estas divergências se torna inteligível – a par dos alinhamentos políticos descortinados

acima – a dignificação patriarcal de Mendes Bello tendo em conta o seu historial episcopal até então protagonizado. Correspondendo a eleição de Mendes Bello, segundo Matos Ferreira, «à intenção romana de indigitar alguém com mais iniciativa e determinação em intervir na mobilização católica» (Ferreira, 2007: 203).

Assim sendo, cruzando o desempenho de Mendes Bello no exercício do seu ministério no Algarve como bispo e como parlamentar, com as fissuras sentidas no interior do movimento católico da capital em geral, e das deficiências administrativas denunciadas pelos críticos de D. José em particular, conseguimos identificar diversas diferenças de estilo e de programa no desempenho das incumbências episcopais em relação ao patriarca frade, nomeadamente: a valorização da instância parlamentar no exercício do seu múnus e o seu empenho na conservação da unidade do clero algarvio, lutando pela melhoria da sua situação económica e acolhendo na sua diocese movimentos associativos do clero paroquial. Disto mesmo nos dá testemunho a generalidade da imprensa de época por ocasião da sua nomeação para a Sé patriarcal, deixando antever, implicitamente, os contrastes com o seu antecessor. Destacando a «escolha acertadíssima» da sua pessoa, uma vez que o referido bispo «conhece bem o Patriarchado e tem dado provas do que é como Prelado na Diocese que está regendo», frisando a relevância da sua relação com o clero, como «a prova mais evidente do zelo de tão apostólico Prelado», porque «ali não há Padre que não ame extremosamente o seu Bispo e o Bispo ama-os a todos com afecto de pae», e a «disciplina é mantida com todo o rigor»⁷. Evidenciação à qual se junta igualmente a ratificação e o elogio pela sua atuação parlamentar como membro da elite política do reino, sendo «o mais parlamentar de todos os bispos portugueses.»⁸. Conforme relata o *Novidades*, «Parlamentar distinto, tratou nas camaras as questões da Igreja com um brilho de eloquência e uma ponderação de conceito inigualáveis. Escripitor distinto, soube imprimir ás suas pastoraes e trabalhos literários de outra índole, o cunho de brilhante intelectualidade, atravez de um culto afervorado da forma, que o celebrizaram como um dos escriptores mais elegantes do nosso clero.»⁹.

⁷ A Palavra (A.P.), 10 de novembro 1907: 1.

⁸ O Século (O.S.), 5 de março 1908: 1.

⁹ *Novidades* (N.) (5 de março 1908: 1).

Diversas impressões próximas, que se articulavam, por sua vez, com outros olhares vindos da imprensa italiana, do jornal *Corriere della Sera*, apresentavam o novo patriarca como sendo «justamente reputado como um dos bispos mais distintos de Portugal e que o seu nome foi visto com bons olhos no Vaticano», sublinhando nomeadamente que este, como membro «do Senado é também um dos melhores oradores parlamentares em Portugal». (AHD-MNE, *Correspondência*, ... Cx 262, Mç 18-1907, nº 14).

Todavia, além do seu *curriculum* episcopal concorrerem também as suas afeições travadas com os protagonistas da elite política do reino e do movimento católico lisboeta: tendo o patrocínio quer do fundador da Liga do Clero Paroquial e ex-secretário particular do cardeal Sebastião Neto, o monsenhor Elviro dos Santos quer do secretário particular do monarca, o conde de Arnoso; quer ainda do próprio Presidente do Conselho, João Franco. Não esquecer ainda a influência dos jovens padres que, juntamente com o bispo em questão, coadjuvavam a ascensão hierárquica até ao Patriarcado, e que já no Algarve o assistiam, designadamente: o seu secretário, o padre Joaquim Martins Pontes; o seu capelão, o padre António Bernardo Cabrita; e o seu mordomo, o padre António Joaquim Alberto (O.S., 5 de março 1908: 1).

Assim, a par dos alinhamentos políticos de Mendes Bello com os regeneradores e os partidários de João Franco, a sua nomeação para Lisboa seria sintomática das tensões existentes no seio do ambiente católico da capital em geral, e no interior do clero lisboeta em particular, que se traduziriam de forma acentuada no final do pontificado de Sebastião Neto num esboroamento da autoridade episcopal diante dos seus críticos, por meio de uma divergência de perspetivas eclesiológicas e políticas que estes tinham face ao patriarca franciscano. Tais demarcações, como sublinha Matos Ferreira, corresponderiam no interior do movimento católico «a diferentes conceções sobre os meios a utilizar para garantir a influência da Igreja na sociedade, isto é, à perceção da própria missão da Igreja que, para uns, era conceptível no quadro do constitucionalismo, enquanto não o era para outros, propensos a um maior afrontamento, nomeadamente pela denúncia da subordinação regalista imposta à Igreja e à acção dos católicos por esse mesmo constitucionalismo.» (Ferreira, 2007: 204).

Cruzando-se o início do seu pontificado em Lisboa com o regicídio, a aclamação do novo rei e, a breve trecho, com a queda do regime dos Bragança da qual era o primeiro

assistente espiritual, um encadeamento de confrontos que, condicionando as vivências políticas, social e religiosa dos lisboetas, determinariam também o pontificado do novo patriarca.

Conclusão

Analisar o percurso hierárquico de António Mendes Bello, pela relevância que adquire no final da monarquia, possibilita-nos problematizar a importância que as lideranças eclesiásticas assumem no Portugal das vésperas da república, decifrando, a partir deste itinerário particular, os mecanismos determinantes para a composição dessa elite socio-religiosa durante o regime dos Bragança.

Apesar de protagonista da paulatina transformação do enquadramento jurídico das estruturas eclesiásticas potenciado a partir de Roma, o percurso eclesiástico de Mendes Bello, como aliás o dos seus homólogos, não se compreende fora da lógica de uma eclesiologia regalista do constitucionalismo monárquico português ao qual estava associado, fora nele que esboçara o seu perfil clerical, inscrevendo-se na carreira administrativa enquanto parte do oficialato público do Estado. Assim, uma vez integrado no aparelho do Estado, o futuro patriarca de Lisboa ocuparia diversas funções eclesiásticas, empreendendo uma carreira em ascensão caracterizada por uma constante mobilidade territorial, dispersa por diversas regiões do reino, e pela execução de um exercício de morigeração social para com a ordem política vigente. Itinerário episcopal que, em conformidade com o trajeto de alguns dos seus congéneres – e depois de assumir diversas funções de docência e administração diocesanas, passando pelo Funchal, Elvas, Pinhel e Aveiro – teria o seu começo em Lisboa com a aceitação do título de arcebispo de Mítilene, sendo posteriormente nomeado bispo residente para outras dioceses: Algarve e Lisboa, já como patriarca.

Ao reconstruirmos o processo de mobilidade eclesiástica de Mendes Bello percebemos que a sua dignificação episcopal – à semelhança da generalidade bispos que ocupavam as cátedras diocesanas no período final da monarquia portuguesa – não se deve particularmente a uma especificidade familiar/nobiliárquica: antes decorreria da conjuntura política e social do rotativismo monárquico, sujeita ao favorecimento dos partidos e subordinada aos laços pessoais e políticos que os prelados assumiam. Na trajetória de Mendes Bello, em particular, a sua promoção eclesial seria patrocinada pelo

partido Regenerador, resultante da relação de amizade estabelecida entre o líder eclesiástico em estudo os vultos desta corrente política do liberalismo. Isto é, interpretando-se a dignificação episcopal que estudámos como uma promoção pessoal de um membro da liderança eclesiástica do clero secular integrada no aparelho do Estado Liberal, apadrinhada pelas contingências e simpatias partidárias dos regeneradores que o secundavam.

A este mecanismo se associa a importância da formação académica em Coimbra, a aquisição do grau de bacharelato em Direito, que permitiram ao futuro bispo não só uma primeira familiaridade política com os jovens regeneradores, mas também uma posição de estatuto e conhecimento jurídico que lhe possibilitaram, posteriormente, uma mais fácil progressão na carreira eclesiástica dentro do aparelho de Estado, habilitando-o para o exercício dos cargos de docência e desempenho de funções governativas nas dioceses do reino. Constata-se, então, que a formação universitária, o favorecimento partidário e o engajamento no aparelho do Estado Liberal, a vinculação política dos bispos e a sua habilitação académica, são factores decisivos no processo de seleção e mobilidade na hierarquia católica portuguesa no final da monarquia. Uma elite que, no Portugal metropolitano do final da monarquia, seria constituída, grosso modo, por homens provenientes do universo do clero secular, vinculados e subordinados ao Estado, sendo reduzido o número de bispos oriundos de congregações religiosas – como são exemplo D. João de Amorim Pessoa ou D. José Neto – considerando a desconfiança do Liberalismo em relação ao clero regular e as limitações impostas aos mesmos desde 1834.

Ainda assim, não obstante essas condicionantes, o processo de ascensão dos dirigentes eclesiásticos em Portugal não estaria à margem das diretrizes da política externa vaticana inerente às administrações de Leão XIII e de Pio X, designadamente do propósito de recomposição do catolicismo português e da afirmação de um Episcopado subordinado a Roma – que no caso de Mendes Bello assumiu particular relevo quando da sua nomeação para o Patriarcado em 1907. Tal reformulação identitária da elite dos hierarcas católicos implicaria, como sugere Sérgio Pinto, «passar a referir a sua fisionomia e actividade ao âmbito exclusivamente religioso, afirmando a partir daí a legitimidade das suas intervenções e autonomizando a sua actuação, quer enquanto titulares de uma diocese, quer como corpo de prelados de um determinado território nacional.» (Pinto, 2013: 321). Uma tentativa de profissionalização para a qual

concorreriam as qualidades pessoais e pastorais dos próprios bispos, tendo em conta as funções que eram chamados a desempenhar no contexto da monarquia bragantina, exercendo um magistério articulado entre o espaço diocesano e o parlamentar, no qual intervinham como membros da elite política na Câmara dos Pares.

Em suma, a ascensão hierárquica aqui delineada, apesar de não indicar uma exceção à regra dos processos de nomeação episcopal na sua época, demonstra a relevância individual que Mendes Bello assume no contexto político-eclesial português no ocaso da monarquia portuguesa. Assim, a partir do percurso deste prelado poderemos compreender de forma abrangente os métodos, os critérios e os agentes determinantes – ainda que variáveis em cada nomeação – no processo de escolha dos hierarcas católicos portugueses, a sua consequente afirmação enquanto parte da elite socio-religiosa do reino, a par da sua paulatina diferenciação e consciencialização como grupo dentro da estrutura eclesiástica romana. Ou seja, um processo no qual os fundamentos político e religioso se cruzam a fim de demarcar e legitimar a mobilidade e as funcionalidades dos bispos, a sua identidade e autoridade, no Portugal da viragem do século XIX para o XX.

Bibliografia:

Fontes (Imprensa):

Diário Ilustrado (DI)

Diário Popular (DP)

Ilustração Portuguesa (IP)

Novidades (N)

O Dia (OD)

O Século (OS)

Fontes (Arquivos):

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE), *Correspondência proveniente das representações Diplomáticas e Consulares de Portugal, Vaticano, 1883-1907, Cx 259, Mç 2-1883, nº 41;*

AHD-MNE, Correspondência proveniente das representações Diplomáticas e Consulares de Portugal, Vaticano, 1883-1907, Cx 259, Mç 4-1884, nº 24;

Pedro Silva Rei – Ascender na hierarquia eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa. O último cardeal-capelão dos Bragança: António Mendes Bello – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 94-115. 2017. DOI: 94-115 10.21747/0871164X/hist7_2a6

AHD-MNE, *Correspondência proveniente das representações Diplomáticas e Consulares de Portugal, Vaticano*, 1883-1907, Cx 262, Mç 18-1907, nº 14.

Archivo Secreto Vaticano, *Segreteria di Stato*, 1907, 250, fasc.1, fls.3-6.

Arquivo Distrital de Ponta Delgada, *Fundo Particular Hintze Ribeiro*, nº11.3.6.11.

Estudos:

ABREU, Adélio (2005), “O Legado Pastoral do Cardeal D. Américo, Bispo do Porto (1871-1899)”, in *Humanística e Teologia*, nº 26, pp. 213-226.

ALMEIDA, Fortunato de (1970), *História da Igreja em Portugal. Desde o princípio do reinado de D. José I até à proclamação da República (1750-1910)*, Lisboa, Liv. Civilização.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira (2009), *Réu da República. O missionário António Barroso, Bispo do Porto*, Lisboa, Alêtheia Editores.

CLEMENTE, Manuel (1997), “Das prelaturas políticas às prelaturas pastorais: o caso de Pinhel”, in *Lusitania Sacra*, II série, pp. 27-34.

CLEMENTE, Manuel (2001), “Lisboa, diocese e patriarcado”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. J-P, Lisboa, Círculo de Leitores.

COELHO, Senra (2010), *D. Augusto Eduardo Nunes. Professor de Coimbra – Arcebispo de Évora*, Apelação, Paulus.

FERREIRA, António Matos (2007), *Um Católico militante diante da crise nacional. Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, Lisboa, CEHR-UCP.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (2001), “Algarve, Diocese do”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. A-C, Lisboa, Círculo de Leitores.

NETO, Vítor (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

PINTO, Sérgio Ribeiro, (2013), *Servidores de Deus e Funcionários de César. O Clero Paroquial como «Classe» Socioprofissional (1882-1917)*, Tese de Doutoramento em «História», Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

RAMOS, Jesus (1995), *O Bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina*, Coimbra, Gráfica de Coimbra.

Pedro Silva Rei – Ascender na hierarquia eclesiástica no crepúsculo da monarquia portuguesa. O último cardeal-capelão dos Bragança: António Mendes Bello – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 7, nº 2. 94-115. 2017. DOI: 94-115 10.21747/0871164X/hist7_2a6

RAMOS, Rui (2014), A Segunda Fundação (1890-1826). História de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores.

REI, Pedro Silva, (2017), Ser bispo entre a Monarquia e a República. D. António Mendes Bello, um príncipe leonino em Portugal (1885-1911), Tese de Mestrado em «História», Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.